
AUDIÊNCIA PÚBLICA - CANNABIS

A REGULAÇÃO DA CANNABIS MEDICINAL NO BRASIL E NO MUNDO.



DIOGO BUSSE

**LIBERAÇÃO?
DESCRIMINALIZAÇÃO,
LEGALIZAÇÃO E
REGULAMENTAÇÃO.**



Colorado

ECONOMIA

A primeira loja abriu em 1º de janeiro de 2014 e desde então já foram vendidos US\$ 6 bilhões em maconha recreativa, dos quais US\$ 1,5 bilhão corresponderam a 2017.

Esse número será provavelmente superado neste ano, segundo o Departamento de Impostos do Colorado, que arrecada por ano mais de US\$ 200 milhões pelas vendas de maconha.

DADOS

Segurança

O Departamento de Segurança Pública do Colorado informou em outubro que as detenções relacionadas com maconha caíram 52% entre 2012 e 2017

Acidentes de trânsito

Houve 33% menos de acidentes de trânsito causados por pessoas que tinham o nível de THC, o princípio ativo da maconha, acima do limite legal.

Consumo

Os que consomem essa substância uma vez por mês passaram de 13,6% do total antes da legalização para 15,5% atualmente, enquanto os adultos que a consomem diariamente passaram de 6% para 7,6%.

Não ocorreu o mesmo com os adolescentes, segundo a Pesquisa de Saúde de Crianças do Colorado (HKCS), que mostrou que a legalização da maconha não provocou um aumento do acesso a essa substância entre menores e que, de fato, caiu a porcentagem de menores de 13 anos que a consomem, de 9,2% em 2015 a 6,5% em 2017.

Impacto social

Diminuição das detenções e redução dos custos com o sistema penitenciário

Entre 2015 e 2017, Colorado criou um fundo decorrente da arrecadação com a comercialização de cannabis e destinou **230 milhões de dólares** ao Departamento de Educação de Colorado. Este dinheiro foi usado na construção de escolas, na prevenção ao bullying, em projetos de alfabetização e leitura, e na promoção de **ações voltadas ao desenvolvimento de inteligência emocional.**

Impacto social

A cidade de Pueblo, por exemplo, usa parte do imposto proveniente da venda da maconha para outorgar bolsa de estudos universitária aos jovens latinos que lá residem.

Oregon destinou 40% da arrecadação com a venda de cannabis a um fundo de educação do estado, depositando 34 milhões de dólares neste fundo. Outros 20% da arrecadação foram destinados a programas de tratamento do uso abusivo de drogas e de álcool.

Impacto social

Washington está dedicando parte da arrecadação ao custeio de assistência básica de saúde.

O Alaska em centros comunitários residenciais.

California e Massachussetts investirão em comunidades periféricas mais afetadas pela política proibicionista, especialmente na reparação das desigualdades causadas às populações mais vulneráveis (negros e pobres).

Impacto social

Há ainda projetos voltados para a segurança nas rodovias norte-americanas e benefícios evidentes decorrentes da geração de empregos, com resultados já positivos na economia dos estados.

From Prohibition to Progress: A Status Report on Marijuana Legalization

What We Know About Marijuana
Legalization in Eight States and
Washington, D.C.



Realidade Brasileira

Os custos de importação de cânabis medicinal que já é autorizada para diversos casos no Brasil - são imorais diante do imenso potencial que o país tem para o plantio para fins científicos e terapêuticos.

Inacreditável que o CFM tenha resolvido se posicionar contra o plantio nacional. Sua justificativa, exposta em uma nota de apoio ao ministro e sua cruzada, inclui a compreensão de que a maconha não possuiria "evidências científicas consistentes que demonstrem sua eficácia e segurança aos pacientes".

Realidade Brasileira

Sendo assim, me parece ser particularmente intrigante uma entidade médica ser contra uma medida que poderá proporcionar, a custos mais baixos, um medicamento com potenciais terapêuticos consolidados, além de outros potenciais que poderão ser descobertos com a pesquisa científica.

O decreto de 2019 de Bolsonaro adiciona que a identificação de quem é usuário, dependente ou traficante deve partir dos critérios subjetivos descritos na Lei de Drogas. Ou seja, ele reforça o procedimento vigente no âmbito da Justiça Criminal.

Realidade Brasileira

Além disso, a Lei de Drogas de 2006 prevê que a União pode autorizar o plantio, a cultura e a colheita de vegetais a partir dos quais drogas podem ser produzidas, como é o caso da maconha ou da cocaína. Isso pode ser feito exclusivamente para fins medicinais ou científicos.

Não há regulamentação para a concessão dessas autorizações, mas já existem decisões judiciais que permitem que alguns indivíduos plantem maconha para fins medicinais no Brasil. O decreto de Bolsonaro reforça que “o plantio, o cultivo, a importação e a exportação, não autorizados pela União, de plantas de drogas ilícitas, tais como a cannabis, não serão admitidos no território nacional”.

Piauí quer ser o 1º estado do país a plantar maconha para produzir canabidiol

Importação da substância é permitida, mas cultivo da planta, mesmo que para fim medicinal, não



13.jul.2018 às 2h00

Yala Sena

TERESINA O governo do Piauí vai pedir autorização da Polícia Federal e da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ligada ao Ministério da Saúde, para ser o primeiro estado a plantar maconha a fim de produzir o canabidiol, um dos derivados da planta usado para fins medicinais e que não gera efeitos psicoativos.

Desde 2014, a [Anvisa tem autorizado](#), caso a caso, a importação de canabidiol, principalmente dos EUA, com laudo e receita médica, em geral para crianças com epilepsia e crises convulsivas graves. Os custos são altos ""em alguns casos, o tratamento mensal pode custar mais de R\$ 3 mil, dependendo da dosagem.

A UFPI (Universidade Federal do Piauí), envolvida no projeto, fez uma consulta à Anvisa sobre a produção do canabidiol no Brasil. Segundo o governo do estado, a Anvisa respondeu que era necessário criar um protocolo de pesquisa e utilização do medicamento, o que deve ser concluído até agosto. A partir do protocolo é que o estado vai oficializar o pedido à Anvisa.



Ministro ataca Fiocruz e diz que 'não confia' em estudo sobre drogas, engavetado pelo governo

Osmar Terra diz não ver 'validade científica' em levantamento feito pela instituição e que custou R\$ 7 milhões aos cofres públicos

Audrey Furlaneto

28/05/2019 - 06:00 / Atualizado em 28/05/2019 - 14:19



O ministro da Cidadania, Osmar Terra, defende um 'endurecimento' das políticas sobre drogas no país Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo



RIO - Ao longo de três anos, a **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)** fez 16 mil entrevistas e destacou 500 pesquisadores para desenvolver o 3º Levantamento

PUBLICIDADE



SITE

diogobusse.com

[FACEBOOK/DIOGOBUSSE](https://www.facebook.com/diogobusse)

EMAIL

diogobusse@gmail.com